



POLÍCIA FEDERAL

## LICI. PROJETO BÁSICO Nº 8137133/2018-GESCON/SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08059.000378/2018-87

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa responsável pela realização do **"Curso Completo da Nova Planilha de Custos e Formação de Preços; atualizado pela Instrução Normativa nº 05, de 27 de maio de 2017 e, ainda, análise da exequibilidade da proposta na licitação; repactuação e reajustamento de preços"** onde deverão ser abordados tópicos relativos à: Planilha de Custos e Formação de Preços de acordo com a Instrução Normativa nº 05/2017 em especial as suas principais finalidades que são: permitir estimar o preço máximo para contratação de serviços, identificar e julgar a exequibilidade de proposta apresentada em um certame licitatório, através da variação dos custos contratuais, promover a repactuação e reajuste de preços, julgar a pertinência de concessão do reequilíbrio econômico financeiro e auxiliar a fiscalização e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2. O evento a ser contratado pela DITEC/PF comportará a participação de 02 (dois) servidores.

### 2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1. O gestor de Contrato é o representante da Administração responsável pelo acompanhamento, juntamente com os fiscais do contrato, da execução do contrato e deve agir de forma pró-ativa e preventiva, observando o cumprimento pela Contratada da regras previstas no instrumento contratual.

2.2. A eficiência de um contrato está diretamente relacionada com o acompanhamento de sua execução e o gestor, juntamente com os fiscais do contrato, tem grandes responsabilidades pelos seus resultados devendo observar o cumprimento integral das obrigações contratuais, entrega dos bens, execução dos serviços e obras.

2.3. Rotineiramente, no âmbito da DITEC/PF, os fiscais de contrato que são responsáveis por acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do contrato recorrem à Área de Gestão de Contratos em busca de soluções que possibilitem corrigir, no âmbito de sua esfera de ação e no tempo certo, eventuais irregularidades ou distorções existentes.

2.4. Dentre a infinidade de questionamentos que são apresentados muitos referem-se à planilha de custos e formação de preços que reflete mensalmente nas atividades de fiscalização e gestão dos contratos administrativos com alocação de mão de obra.

2.5. Atualmente a DITEC/PF possui 05 (cinco) contratos que exigem conhecimentos não só do gestor, mas também dos fiscais de contratos sobre o conteúdo que será ministrado no "Curso Completo da Nova Planilha de Custos e Formação de Preços; atualizado pela Instrução Normativa nº 05 de 27 de maio de 2017 e, ainda, análise da exequibilidade da proposta na licitação; repactuação e reajustamento de preços."

2.6. Outra importância destacada da participação sobre o tema proposto no curso é a necessidade de atualização constante dos conhecimentos uma vez que os contratos administrativos com alocação de mão de obra são repactuados e/ou reajustados anualmente o que exige o máximo de conhecimentos pelos gestores na análise das planilhas propostas.

2.7. O curso solicitado tem como público alvo os pregoeiros e suas equipes, as comissões de licitação, empresas que contratam com a Administração Pública, gestores e fiscais de contratos, ordenadores

de despesas, auditores, consultores, advogados e servidores da área financeira, de compras, de contratos.

2.8. A Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MP evidencia-se como um dos dispositivos mais eficazes para o atendimento das necessidades da Administração Pública no que concerne à contratação de prestação de serviços. No que concerne à Planilha de Custos e Formação de Preços a recente Instrução Normativa reformatou os módulos que compõe a planilha, tornando a mais objetiva e consistente com a gestão contratual, acresceu novos custos e criou o procedimento denominado "Gerenciamento de Riscos" empregado como instrumento de controle interno para a Conta Vinculada ou para o Pagamento por Fato Gerador.

2.9. A Planilha de Custos e Formação de Preços que agrega múltiplas finalidades permite estimar o preço máximo para contratação de serviços, identificar e julgar a exequibilidade de proposta; permite, através da análise da variação dos custos contratuais promover a repactuação e reajuste de preços, julgar a pertinência de concessão do reequilíbrio econômico-financeiro e auxiliar a fiscalização e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

2.10. O conteúdo do Curso abordará análises, fundamentações, exemplos e memórias de cálculos da planilha de custos e formação de preços de acordo com a nova IN; reajustamento de preços em sentido amplo: mão de obra e insumos, contratos de prestação de serviços, reajustamento de preços, principais tópicos relativos ao reajustamento de preços, diligenciamentos, prazos para conclusão, contagem de prazo para aplicação, contratos com convenções coletivas diferentes, fixação de prazo para fins de retroatividade de pagamento e procedimentos de alteração do vale transporte.

2.11. A metodologia do Curso contemplará aulas dialogadas com apresentação de slides, mapas conceituais, quadros sintetizados, quadros de controles de acompanhamento e de medições, dicas de fontes e sítios de internet detentores de boas práticas, publicações e estudos de casos concretos. Vinculação do conteúdo às atuais jurisprudências consagradas pela Orientações Normativas da AGU e súmulas do TCU entre outros Órgãos Superiores.

2.12. Com a capacitação pretende-se aperfeiçoar os conhecimentos sobre os temas propostos, uma vez que, constantemente nos deparamos com diversas dúvidas durante a análise dessas planilhas.

2.13. Ressalte-se que o evento solicitado está alinhado ao objetivo institucional de integrar o orçamento ao planejamento estratégico, dentro da área estratégica de gestão orçamentário-financeira, estabelecidos no Programa de Capacitação - PROCAP, Portaria nº 3024-DGP/DPF, de 18 de março de 2016.

2.14. Considerando as constantes alterações dos normativos sobre os temas objeto do curso solicitado, entende-se que ações de capacitação para atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, são primordiais para melhoria dos trabalhos desenvolvidos pelos servidores que atuam na área de gestão de contratos.

2.15. A capacitação dos servidores é, inclusive, obrigação prevista na Lei Geral de Licitações, Lei 8.666/93, cujo art. 51 prevê:

*"Art. 51. a habilitação preliminar; a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles **servidores qualificados** pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação. (grifo nosso)".*

2.16. A função de fiscal e gestor de contrato possui grande relevância para a Administração Pública, e para que seja desempenhada a contento, exige capacitação e habilidade dos servidores públicos que se dedica a essa atividade. O Tribunal de Contas da União - TCU entende que devem ser designados servidores públicos **qualificados** para a gestão dos contratos, de modo que sejam responsáveis pela execução de atividades e/ou pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços (item 9.2.3 do Acoórdão nº 2.632/2007 - Plenário). Nesse sentido, é obrigação da Autoridade superior conferir condições adequadas de trabalho, sob pena de atras para si a responsabilidade por eventuais prejuízos advindos da fiscalização deficiente (Informativo 57 do TCU).

2.17. No mesmo sentido temos determinação recente do Tribunal de Contas da União sobre a importância da capacitação **continuada** dos profissionais que atuam com licitações e contratos administrativos, conforme Acórdão nº 1007/2018 - Plenário. Nesse acórdão o TCU recomenda a adoção de programa

continuado de treinamentos desses profissionais, inclusive quanto ao correto uso de sistemas operacionais aplicáveis.

2.18. Quanto aos recursos para a contratação, esclarece que as despesas com diárias e passagens serão custeadas pela DITEC/PF. Enquanto que o orçamento para o custeio da capacitação será oriundo de recursos da DLOG/PF, por autorização do senhor Diretor de Administração e Logística Policial, conforme solicitação de ação de capacitação constante do processo registrado sob o nº 08200.005001/2017-52.

### 3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. Promover o aprimoramento profissional dos servidores da PF, proporcionando a formação, capacitação e atualização dos agentes públicos para bem planejar, contratar e operacionalizar as compras de bens, bem como a fiscalização e gestão dos contratos administrativos celebrados e serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

### 4. RELAÇÃO DEMANDA X QUANTIDADE

4.1. A Área de Gestão de Contratos do SELOG/DITEC/PF conta atualmente com apenas 4 (quatro) servidores responsáveis, atualmente, pela gestão de aproximadamente 70 (cinquenta) contratos em andamento, sendo 26 de natureza continuada.

4.2. Com o objetivo de não prejudicar as atividades rotineiras do setor, a capacitação ora solicitada contemplará, neste momento, somente 50% (cinquenta por cento) desses servidores.

### 5. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

5.1. A inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, tendo em vista que algum dos competidores reúne qualidades tais que o tornam único, exclusivo.

5.2. A Lei 8.666/93, em seu artigo 25, inciso II, permite que a contratação de empresa visando a capacitação dos servidores formalize-se através da Inexigibilidade de Licitação, em especial para a contratação de serviço exclusivo, conforme transcrição abaixo:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

5.3. Em decisão n.º 578/2002 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a Corte de Contas assim se pronunciou:

“Considere que as contratações de professor, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, **bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros,**

**enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei n.º 8.666/1993”.**

5.4. A FTX Treinamentos (Fernandes Teixeira Educação LTDA) é uma empresa que atua no mercado de capacitação dos servidores envolvidos na área das compras públicas há mais de 08 anos e oferece treinamentos nas áreas de licitações, contratos, convênios, finanças públicas e gestão de pessoas.

5.5. Trata-se de evento singular, o qual não há previsão da realização de outro similar no exercício 2018. O Seminário contará com materiais de apoio exclusivos, os quais combinados com o uso de recursos tecnológicos contribuirão para melhor interatividade e aproveitamento dos temas abordados.

5.6. Por todo o exposto, destaca-se a contratação do referido evento por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inc. II, da Lei 8.666/93.

## **6. DA ENTIDADE PROMOTORA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

6.1. **FTX TREINAMENTOS** (Fernandes Teixeira Educação LTDA) é uma empresa com sede na cidade de Fortaleza/CE que atua no mercado de capacitação dos servidores envolvidos na área das compras públicas há mais de 08 anos e oferece treinamentos nas áreas de licitações, contratos, convênios, finanças públicas e gestão de pessoas.

6.2. O evento especificado apresenta valor individual de R\$ 2.630,00 (dois mil seiscentos e trinta reais).

6.3. Para fins de comprovação do preço praticado foi solicitado à empresa apresentação de nota(s) de empenho ou proposta(s) apresentada(s) para outros órgãos da Administração. Em resposta foi apresentada a nota de empenho nº 2018NE000057, emitida pela SR/PF/AC, referente ao mesmo curso realizado no mês de abril/2018 (7500557).

6.4. Cumpre ressaltar ainda que o valor das inscrições é anunciado pela internet publicamente e não existe necessidade de identificação do usuário para visualizá-lo, de forma que esse preço é ofertado igualmente para todos os interessados, não havendo acréscimo ou decréscimo do valor nominal por se tratar da Polícia Federal.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

7.1. Como condição de contratação, será realizado o exame da documentação referente à habilitação da Contratada, sendo verificado o eventual descumprimento das condições para contratação pela Administração Pública, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

7.1.4. Cadastro de Inadimplentes - CADIN

7.1.5. Certidão de comprovação da regularidade trabalhista.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Executar os serviços sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com as especificações do Projeto Básico;

8.2. Manter durante execução dos serviços todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições municipais, estaduais e federais (SRF, Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS);

8.3. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;

- 8.4. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito qualquer tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;
- 8.5. Prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, sem interrupção dos mesmos, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão ou por outros motivos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- 8.6. Fornecer Certificado de Conclusão aos participantes no final do evento.

## **9. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

- 9.1. O Seminário será realizado na cidade de Fortaleza/CE, durante os dias 12 a 14 de setembro de 2018, com carga horária de 24 (vinte quatro) horas/aula e será organizado pela empresa FTX TREINAMENTOS, ficando a cargo dessa todos os meios necessários para a execução do evento.
- 9.2. Na realização do evento deverá ser fornecido material de apoio e, ao final, certificado de participação no Curso.
- 9.3. Os conteúdos a serem ministrados encontram-se relacionados na programação do curso, disponível no processo nº 08059.000063/2018-30 (7500033).

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. Efetuar o pagamento nas condições e prazos estipulados, em relação aos serviços executados, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas, podendo descontar eventuais multas que tenham sido impostas a empresa contratada;
- 10.2. Indicar os servidores a capacitar;
- 10.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços executados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 10.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 10.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 10.6. Receber e atestar as notas fiscais referentes aos serviços executados, não permitindo serviço em desacordo com o preestabelecido.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO**

- 11.1. O pagamento será efetuado à empresa no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas, podendo a CONTRATANTE descontar eventuais multas que tenham sido impostas à CONTRATADA.

## **12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

“Inexecutar total ou parcialmente o contrato”;

- 12.2. A CONTRATADA que cometer a infração discriminada no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa:

- i. Moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso

injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias;

ii. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

b. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

### **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que; sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência da Administração à continuidade da prestação do serviço.

### **14. VEDAÇÕES**

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Projeto Básico para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **15. DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CAMILA RAMOS CABRAL**

Responsável pela Área de Gestão de Contratos  
ARGECON/SELOG/DITEC/PF

De acordo,

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**NIVALDO PONCIO**

Perito Criminal Federal  
Chefe do SELOG/DITEC/PF

### **DESPACHO:**

I - Aprovo o presente Projeto Básico.

**AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JÚNIOR**

Diretor Técnico-Científico

DITEC/PF



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA RAMOS CABRAL, Agente Administrativo**, em 05/09/2018, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Chefe de Serviço**, em 05/09/2018, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Diretor(a)**, em 05/09/2018, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8137133** e o código CRC **ED438CDD**.

Referência: Processo nº 08059.000378/2018-87

SEI nº 8137133